



**NIESADT
UNIVASF**

ANO 1 - Nº 9
02 de junho de 2026

TERRITÓRIOS EM FOCO

O boletim informativo oficial do NIESADT | Projeto Plansanear

AUTOR (A):

Roberta Moura - Eng^a Ambiental e Sanitarista

Rafaella de Moura Medeiros - Eng^a Civil



RESUMO

A coleta seletiva enfrenta desafios relacionados à comunicação insuficiente, infraestrutura inadequada e fragilidades na gestão pública. Muitos cidadãos ainda desconhecem os procedimentos corretos de separação dos resíduos, enquanto a irregularidade da coleta reduz a confiança no sistema.

A falta de transparência sobre os resultados da reciclagem também compromete o engajamento social. Nesse contexto, a integração entre poder público, população e cooperativas de catadores torna-se essencial.

A ampliação da adesão depende de educação ambiental contínua, melhoria da infraestrutura e fortalecimento institucional. Mais do que uma política ambiental, a coleta seletiva contribui para inclusão social, geração de renda e sustentabilidade urbana.



Gargalos estruturais, falhas de comunicação e o impacto na adesão popular

A coleta seletiva constitui um dos principais instrumentos da gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos (RSU), sendo fundamental para a promoção da reciclagem, a redução do consumo de matérias-primas naturais e a diminuição dos impactos ambientais associados à disposição inadequada de resíduos. No entanto, apesar de sua relevância ambiental, social e econômica, muitos programas no Brasil apresentam desempenho limitado e baixos índices de adesão. Esse cenário evidencia que os desafios não decorrem exclusivamente da ausência de consciência ambiental, mas estão profundamente relacionados a fatores estruturais, institucionais e comunicacionais.

Um dos principais entraves à efetividade desses programas está associado à deficiência na comunicação entre o poder público e a população. Embora muitos cidadãos reconheçam a importância da coleta seletiva, ainda persiste um desconhecimento significativo acerca dos procedimentos corretos de separação e dos materiais recicláveis. Essa lacuna informacional contribui para erros no descarte, contaminação dos resíduos e redução da eficiência do sistema.

De forma complementar, a inadequação da infraestrutura disponível compromete a participação social. A baixa disponibilidade de pontos de descarte, a ausência de padronização dos recipientes e a irregularidade na coleta fragilizam a confiança no serviço. Quando o esforço individual não é acompanhado por um sistema funcional e previsível, ocorre desmotivação, levando ao abandono da prática.

Os caminhos práticos para superar gargalos institucionais e consolidar a reciclagem no cotidiano urbano

Outro aspecto relevante refere-se à ausência de mecanismos de retorno à população. A falta de transparência quanto ao destino dos resíduos coletados e aos benefícios ambientais, sociais e econômicos gerados pela reciclagem compromete o engajamento coletivo. Ao não perceber resultados concretos de sua participação, o cidadão tende a desvalorizar a coleta seletiva, enfraquecendo sua continuidade enquanto prática cotidiana.



ESTRATÉGIAS

1. Ampliação da infraestrutura de coleta:

Expandir pontos de descarte, padronizar recipientes e ampliar a coleta porta a porta para facilitar a participação da população.

2. Valorização das cooperativas de catadores:

Integrar cooperativas ao sistema formal de gestão de resíduos, reconhecendo seu papel social, econômico e ambiental.

3. Fortalecimento da gestão pública local:

Ampliar a capacidade técnica e administrativa dos municípios para planejamento, execução e monitoramento das ações.

4. Monitoramento e avaliação contínua:

Utilizar indicadores para identificar falhas, acompanhar resultados e promover melhorias permanentes no sistema.

Somam-se a esses fatores as fragilidades institucionais e a ausência de uma gestão pública estruturada. A implementação e manutenção de programas de coleta seletiva demandam planejamento, capacidade técnica, monitoramento contínuo e adaptações às especificidades territoriais. Na ausência desses elementos, as iniciativas tornam-se instáveis, desarticuladas e pouco eficientes, dificultando sua consolidação no longo prazo.

Nesse contexto, destaca-se a importância da integração entre poder público, população e cooperativas de catadores. A valorização dessas organizações, conforme preconizado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), fortalece não apenas a dimensão social da coleta seletiva, mas também sua eficiência operacional. O reconhecimento dos catadores como agentes centrais da gestão de resíduos contribui para a inclusão social, a geração de renda e o aprimoramento do sistema como um todo.

Diante desse conjunto de limitações, a ampliação da adesão à coleta seletiva depende da implementação de ações articuladas, que atuem simultaneamente sobre os aspectos educacionais, operacionais e institucionais. Embora essas ações sejam relativamente simples em sua concepção, sua efetividade depende de articulação institucional, continuidade e compromisso político. Mais do que intervenções pontuais, tratam-se de elementos constitutivos de uma abordagem sistêmica, capaz de transformar a coleta seletiva em uma prática consolidada no cotidiano urbano.

Dessa forma, a análise evidencia que o insucesso da coleta seletiva não decorre do desinteresse da população, mas sobretudo de limitações estruturais e institucionais que dificultam sua operacionalização. A superação desses desafios exige a integração entre educação ambiental, infraestrutura adequada, gestão pública eficiente e participação social.

Mais do que uma política ambiental, a coleta seletiva deve ser compreendida como um instrumento estratégico de transformação socioambiental, com potencial para promover inclusão social, geração de renda e sustentabilidade urbana. Seu fortalecimento está diretamente associado à capacidade de construir sistemas eficientes, transparentes e alinhados às realidades locais, tornando a prática não apenas viável, mas efetivamente incorporada ao cotidiano da população.

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:
Anderson Miranda de Souza

Edição e Conteúdo:
Milenna Alves dos Santos

Edição Textual:
Caline Moura
Rafaela de Moura Medeiros

Marketing e Divulgação:
João Victor Ferreira

Diagramação:
Ana Luiza Miranda

Apoio Institucional:
Universidade Federal do Vale
do São Francisco/Plansanear

REFERÊNCIAS

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Avaliação da sustentabilidade de sistemas municipais de coleta seletiva. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, São Paulo, n. 48, p. 1-15, 2018.

Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/1482. Acesso em: 6 jan. 2026.

SANTOS, L. M. Fatores que favorecem a adoção de práticas de coleta seletiva em condomínios residenciais. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/98f5a356-caab-42b1-ba46-8eb1dd5c2f7e>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SILVA, J. A. Análise da adesão da população para implantação da pré-coleta no sistema de coleta seletiva. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5519>. Acesso em: 6 jan. 2026.

RIBEIRO, T. F.; LIMA, S. C. Avaliação de um programa de coleta seletiva com inclusão de catadores. Acta Scientiarum. Technology, Maringá, v. 36, n. 2, p. 301-308, 2014.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3032/303228848007.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SOUZA, M. E. Coleta seletiva de resíduos sólidos em ambiente escolar: desafios e possibilidades. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Brasil, Fernandópolis, 2017.

Disponível em: <https://repositorioacademico.universidadebrasil.edu.br/items/9d1fd2cd-0ad1-4797-a252-95723070ba91/full>. Acesso em: 6 jan. 2026.